

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Carvão Brasileiro

Class.: 425

Data: 7 de Outubro de 1987

Pg.: _____

Dutra exhibe documento que prova interferência

As 47 mil assinaturas que acompanharam a "sugestão popular" com que jovens austríacos tentaram indevidamente interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte não foram produto de um movimento espontâneo, mas sim, de um pedido expresso enviado pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi) aos dirigentes da Associação da Juventude Católica Austríaca, no sentido de que fizessem "exigências junto às autoridades brasileiras, para que os direitos dos índios brasileiros sejam incluídos sem limitações na Constituição".

A informação é do deputado José Dutra (PMDB-AM), que ontem divulgou a tradução integral de um boletim distribuído em toda a Austría pela "Katholische Jungtschar Osterreichs", onde a entidade relata o pedido do Cimi (enviado em abril último), descreve o trabalho do Conselho Indigenista, dá uma série de informações históricas sobre o país e pede uma mobilização comunitária, da imprensa e dos políticos da Austría, para ajudar a salvar os índios do Brasil. A Associação da Juventude Católica Austríaca também informa no boletim que o secretário-executivo do Cimi, Antônio Brand, pediu ajuda financeira à entidade, tendo sido aprovada uma verba de 10 mil dólares.

Indignado com o que chamou de "comprovada interferência estrangeira nas questões afetas às comunidades indígenas brasileiras e às autoridades do país", o deputado amazonense rea-

firmou suas críticas à atuação "política" do Cimi, principalmente junto aos índios da Amazônia.

Em um relato pormenorizado, a publicação informa que os dirigentes do Cimi enviaram seu pedido de ajuda no último dia 2 de abril. Em seu pedido de "apoio internacional", o Cimi afirma que "nunca até hoje os nativos (brasileiros) chegaram a sentir uma tal ameaça em relação à civilização moderna. Os políticos responsáveis precisam ser levados a mudar de opinião no que diz respeito aos direitos culturais e territoriais dos índios. É igualmente importante conseguir uma influência sobre a Assembléia Constituinte, para que os direitos dos nativos sejam reconhecidos na futura Constituição do país".

Para conseguir esse objetivo, o Cimi pediu à entidade austríaca "uma divulgação mundial a respeito da política e das atitudes do governo brasileiro contra os índios; cartas de protesto às autoridades brasileiras, exigindo que os direitos dos índios sejam incluídos sem restrições na Constituição; influência na imprensa internacional; e, informações a políticos estrangeiros, para que o governo brasileiro seja convidado a respeitar os direitos da população nativa".

A associação informa que a decisão de apoiar o trabalho do Cimi foi tomada durante uma reunião nacional dos dirigentes da entidade, realizada entre 10 e 14 de abril. E num primeiro passo, mais de 700 cartas de protesto foram

escritas e endereçadas pelos austríacos ao presidente José Sarney e diversas outras autoridades brasileiras, bem como a inúmeros parlamentares. Em 25 de abril, acrescenta o relato da publicação, surgiu a primeira informação nos veículos de comunicação da Austría: "a respeito da perigosa situação dos índios" (brasileiros).

O boletim da associação também transcreveu uma série de manifestações recebidas de autoridades, políticos e personalidades austríacas, em solidariedade à campanha em defesa dos índios no Brasil. E no final da publicação, cada destinatário encontrava as folhas para coleta das assinaturas. As listas deveriam ser enviadas de volta para a associação, com todas as assinaturas coletadas, até o dia 1º de julho: "No decorrer do mês de julho nós as enviaremos às autoridades competentes no Brasil", prometia a entidade.

E foi exatamente isso o que aconteceu, recorda o deputado José Dutra. "A sugestão popular S-001 não foi uma manifestação espontânea de solidariedade, mas sim um ato político de pressão, organizado a pedido do Cimi. Dutra relaciona as tentativas de interrupção dos trabalhos da CPI que está investigando essa questão com a preocupação "de algumas pessoas em impedir que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira cheguem ao fundo do poço no esclarecimento de todos os interesses envolvidos nesse caso".